

Aula 10

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito
Administrativo - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Tulio Lages

23 de Junho de 2025

Índice

1) Roteiro de Revisão - Licitações Públicas (Lei 14.133/2021) - Parte 2	3
2) Questões Estratégicas - Lei 14.133/2021 - Parte 2 - Instituto AOCF - Único	20
3) Questionário de Revisão - Lei 14.133/2021 - Parte 2	35
4) Referências Bibliográficas	37



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Para revisar e ter um bom nível de preparação no assunto, você precisa, basicamente, compreender e memorizar os pontos a seguir:

Contratação direta

Processo de Contratação Direta

O processo de **contratação direta** compreende os casos de **inexigibilidade** e de **dispensa de licitação**, devendo ser instruído com os seguintes documentos (art. 72):

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à **disposição do público em sítio eletrônico oficial** (art. 72, parágrafo único).

Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com **dolo, fraude ou erro grosseiro**, o **contratado** e o **agente público responsável** responderão **solidariamente** pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis (art. 73).



Inexigibilidade de Licitação

É **inexigível** a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de (art. 74):

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por **produtor, empresa ou representante comercial exclusivos**;

A Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, **vedada a preferência por marca específica** (art. 74, § 1º).

II - contratação de profissional do **setor artístico**, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

Considera-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, **afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico** (art. 74, § 2º).

III - contratação dos seguintes **serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual** com profissionais ou empresas de notória especialização, **vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação**:

- a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;
- h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e



demais serviços de engenharia que se enquadrem como técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual;

Nessas contratações, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade (art. 74, § 4º).

No art. 6º, bem como no § 3º do art. 74, assim está definida a notória especialização:

*Art. 6º, XIX - **notória especialização**: qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato;*

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

- Nessas contratações devem ser observados os seguintes requisitos (art. 74, § 5º):

I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;

II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;

III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.

Com a lei usa o termo "em especial", trata-se de um rol exemplificativo, não exaustivo.

Dispensa de Licitação

O art. 75 da Lei traz as hipóteses de dispensa de licitação. Diferente da inexigibilidade, aqui temos um rol taxativo. Ao todo há 16 incisos com hipóteses, sendo que destacamos a seguir os principais.

É dispensável a licitação (art. 75):

I - para contratação que envolva valores inferiores a ~~R\$ 100.000,00~~ **R\$ 125.451,15 (valor atualizado pelo Decreto 12.343/2024)**, no caso de **obras e serviços de engenharia** ou de serviços de **manutenção de veículos automotores**;



II - para contratação que envolva valores inferiores a ~~R\$ 50.000,00~~ **R\$ 62.725,59 (valor atualizado pelo Decreto 12.343/2024)**, no caso de outros serviços e compras;

- Para fins de aferição dos valores que atendam esses limites de dispensa, deverão ser observados (art. 75, § 1º):

I - o **somatório** do que for despendido no **exercício financeiro** pela respectiva unidade gestora;

II - o **somatório** da despesa realizada com **objetos de mesma natureza**, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

- Essa regra do somatório **não se aplica** às contratações de até ~~R\$ 8.000,00~~ **R\$ 10.036,10 (valor atualizado pelo Decreto 12.343/2024)** de serviços de **manutenção de veículos automotores** de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças (art. 75, § 7º).

- Os valores desses limites serão **duplicados** para compras, obras e serviços contratados por **consórcio público** ou por **autarquia ou fundação** qualificadas como **agências executivas** (art. 75, § 2º).

- Essas contratações serão **preferencialmente** precedidas de **divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial**, pelo **prazo mínimo de 3 dias úteis**, com a especificação do objeto pretendido e com a **manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais** de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa (art. 75, § 3º).

- Essas contratações serão preferencialmente pagas por meio de cartão de pagamento, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) (art. 75, § 4º).

III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há **menos de 1 ano**, quando se verificar que naquela licitação:

a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;

b) as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;

IV - para contratação que tenha por **objeto**:



- a) bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à **manutenção de equipamentos**, a serem adquiridos do **fornecedor original desses equipamentos** durante o período de **garantia técnica**, quando essa condição de exclusividade for **indispensável para a vigência da garantia**;
- b) bens, serviços, alienações ou obras, nos termos de **acordo internacional específico** aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para a Administração;
- c) produtos para **pesquisa e desenvolvimento**, limitada a contratação, no caso de obras e serviços de engenharia, ao valor de ~~R\$ 300.000,00~~ **R\$ 376.353,48 (valor atualizado pelo Decreto 12.363/2024)**;
- d) transferência de tecnologia ou licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida, nas contratações realizadas por **instituição científica, tecnológica e de inovação** (ICT) pública ou por agência de fomento, desde que demonstrada vantagem para a Administração;
- e) **hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis**, **no período necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes**, hipótese em que a contratação será realizada diretamente com base no preço do dia;
- f) bens ou serviços **produzidos ou prestados no País** que envolvam, cumulativamente, **alta complexidade tecnológica e defesa nacional**;
- g) materiais de **uso das Forças Armadas**, **com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo**, quando houver necessidade de manter a **padronização** requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante autorização por ato do comandante da força militar;
- h) bens e serviços para atendimento dos **contingentes militares** das forças singulares brasileiras empregadas em **operações de paz no exterior**, hipótese em que a contratação deverá ser justificada quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante e ratificada pelo comandante da força militar;
- i) abastecimento ou **suprimento de efetivos militares** em estada eventual de curta duração em portos, aeroportos ou localidades diferentes de suas sedes, por motivo de movimentação operacional ou de adestramento;
- j) coleta, processamento e comercialização de **resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis**, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública;



k) aquisição ou restauração de **obras de arte e objetos históricos**, de autenticidade certificada, **desde que inerente às finalidades do órgão ou com elas compatível**;

l) serviços especializados ou aquisição ou locação de equipamentos destinados ao **rastreamento e à obtenção de provas** por captação ambiental de sinais ou interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas (art. 3º, II e V, Lei 12850/2013), **quando houver necessidade justificada de manutenção de sigilo sobre a investigação**;

m) aquisição de **medicamentos** destinados **exclusivamente** ao tratamento de **doenças raras** definidas pelo Ministério da Saúde;

VI - para contratação que possa acarretar **comprometimento da segurança nacional**, nos casos estabelecidos pelo Ministro de Estado da Defesa, mediante demanda dos comandos das Forças Armadas ou dos demais ministérios;

VII - nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem;

VIII - nos casos de **emergência** ou de **calamidade pública**:

- quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares;

- somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa;

- somente para as parcelas de obras e serviços que possam ser **concluídas no prazo máximo de 1 ano**, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade;

- são vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base em dispensa emergencial;

Considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e deverão ser observados os valores praticados pelo mercado, adotando-se os critérios de pesquisa estabelecidos pelo art. 23 da Lei, e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial (art. 75, § 6º)

X - quando a **União** tiver que **intervir no domínio econômico** para regular preços ou normalizar o abastecimento;



XI - para celebração de **contrato de programa** com ente federativo ou com entidade de sua Administração Pública indireta que envolva prestação de serviços públicos de forma associada nos termos autorizados em **contrato de consórcio público** ou em **convênio de cooperação**;

XIII - para contratação de profissionais para compor a **comissão de avaliação de critérios de técnica**, quando se tratar de **profissional técnico de notória especialização**;

XIV - para contratação de **associação de pessoas com deficiência**, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgão ou entidade da Administração Pública, para a prestação de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado e os **serviços contratados sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência**;

XVII - para a contratação de **entidades privadas sem fins lucrativos** para a implementação de **cisternas** ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, para beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou pela falta regular de água.

Alienações

A alienação de bens da Administração Pública (art. 76):

- a) É subordinada à existência de interesse público devidamente justificado;
- b) Será precedida de avaliação.

Além disso, ela deverá obedecerá às seguintes normas (art. 76):

I - tratando-se de **bens imóveis**, inclusive os pertencentes às autarquias e às fundações, exigirá autorização legislativa e dependerá **de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:**

- a) dação em pagamento;
- b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo (ressalvados os itens "f", "g" e "h" a seguir);

Nesse caso, cessadas as razões que justificaram sua doação, os imóveis serão revertidos ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada sua alienação pelo beneficiário (art. 76, § 2º).

- c) permuta por outros imóveis que atendam aos requisitos relacionados às finalidades precípuas da Administração, desde que a diferença apurada não ultrapasse a metade do valor do imóvel que será ofertado pela União, segundo avaliação prévia, e ocorra a torna de valores, sempre que for o caso;



d) investidura;

- A Lei entende por investidura a (art. 76, § 5º):

I - alienação, ao proprietário de imóvel lindeiro, de área remanescente ou resultante de obra pública que se tornar inaproveitável isoladamente, por preço que não seja inferior ao da avaliação nem superior a 50% do valor máximo permitido para dispensa de licitação de bens e serviços;

II - alienação, ao legítimo possuidor direto ou, na falta dele, ao poder público, de imóvel para fins residenciais construído em núcleo urbano anexo a usina hidrelétrica, desde que considerado dispensável na fase de operação da usina e que não integre a categoria de bens reversíveis ao final da concessão.

e) venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera de governo;

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação e permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente usados em programas de habitação ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgão ou entidade da Administração Pública;

g) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação e permissão de uso de bens imóveis comerciais de âmbito local, com área de até 250 m² e destinados a programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgão ou entidade da Administração Pública;

h) alienação e concessão de direito real de uso, gratuita ou onerosa, de terras públicas rurais da União e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) onde incidam ocupações até o limite de 2.500 hectares (estabelecido no § 1º do art. 6º da Lei 11.952/2009) para fins de regularização fundiária, atendidos os requisitos legais;

i) legitimação de posse de área de até 100 hectares por ocupantes de terras públicas que as tenha tornado produtivas com o seu trabalho ou de sua família (art. 29 da Lei nº 6.383/1976), mediante iniciativa e deliberação dos órgãos da Administração Pública competentes;

j) legitimação fundiária e legitimação de posse.

II - tratando-se de **bens móveis**, dependerá de **licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:**

a) **doação**, permitida **exclusivamente para fins e uso de interesse social**, após avaliação de oportunidade e conveniência socioeconômica em relação à escolha de outra forma de alienação;



- b) permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública;
- c) venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica;
- d) venda de títulos, observada a legislação pertinente;
- e) venda de bens produzidos ou comercializados por entidades da Administração Pública, em virtude de suas finalidades;
- f) venda de materiais e equipamentos sem utilização previsível por quem deles dispõe para outros órgãos ou entidades da Administração Pública.

Outras regras relevantes:

- A alienação de bens imóveis da Administração Pública cuja **aquisição** tenha sido **derivada de procedimentos judiciais** ou de **dação em pagamento** **dispensará autorização legislativa** e **exigirá apenas avaliação prévia e licitação na modalidade leilão** (art. 76, § 1º).
- A **doação com encargo será licitada** e de seu instrumento constarão, obrigatoriamente, os encargos, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato, **dispensada a licitação em caso de interesse público devidamente justificado** (art. 76, § 6º).

Nessa hipótese, caso o donatário necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e as demais obrigações serão garantidas por hipoteca em segundo grau em favor do doador (art. 76, § 7º).

- Para a venda de bens imóveis, será concedido direito de preferência ao licitante que, submetendo-se a todas as regras do edital, comprove a ocupação do imóvel objeto da licitação (art. 77).

Instrumentos auxiliares

Os procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas pela Lei são os seguintes (art. 78):

- I - credenciamento;
- II - pré-qualificação;
- III - procedimento de manifestação de interesse;
- IV - sistema de registro de preços;



V - registro cadastral.

Credenciamento

O credenciamento é assim definido no art. 6º:

*Art. 6º, XLIII - **credenciamento**: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;*

Hipóteses de contratação por meio de credenciamento (art. 79):

- I - **paralela e não excludente**: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;
- II - **com seleção a critério de terceiros**: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;
- III - **em mercados fluidos**: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

Regras a serem observadas (art. 79, parágrafo único):

- I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o **cadastramento permanente** de novos interessados;
- II - na hipótese paralela e não excludente, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;
- III - o **edital** de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses paralela e não excludente e de seleção a critério de terceiros, deverá **definir o valor da contratação**;
- IV - na hipótese de mercados fluidos, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação;
- V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração;
- VI - será admitida a denúncia por qualquer das partes nos prazos fixados no edital.

Pré-Qualificação



A pré-qualificação está assim definida no art. 6º:

*Art. 6º, XLIV - **pré-qualificação**: procedimento seletivo prévio à licitação, convocado por meio de edital, destinado à análise das condições de habilitação, total ou parcial, dos interessados ou do objeto;*

A pré-qualificação é o procedimento técnico-administrativo para **selecionar previamente** (art. 80):

I - **licitantes** que reúnam condições de habilitação para participar de futura licitação ou de licitação vinculada a programas de obras ou de serviços objetivamente definidos;

- poderão ser dispensados os documentos que já constarem do registro cadastral.

II - **bens** que atendam às exigências técnicas ou de qualidade estabelecidas pela Administração.

- poderá ser exigida a comprovação de qualidade.

Regras gerais sobre o procedimento de pré-qualificação:

- Ficará permanentemente aberto para a inscrição de interessados (art. 80, § 2º).

- Constarão do edital (art. 80, § 3º):

I - as informações mínimas necessárias para definição do objeto;

II - a modalidade, a forma da futura licitação e os critérios de julgamento.

- Os bens e os serviços pré-qualificados deverão integrar o catálogo de bens e serviços da Administração (art. 80, § 5º).

- A apresentação de documentos far-se-á perante órgão ou comissão indicada pela Administração, que deverá examiná-los no prazo máximo de 10 dias úteis e determinar correção ou reapresentação de documentos, quando for o caso, com vistas à ampliação da competição (art. 80, § 4º).

- Poderá ser realizada em grupos ou segmentos, segundo as especialidades dos fornecedores (art. 80, § 6º).

- Poderá ser parcial ou total, com alguns ou todos os requisitos técnicos ou de habilitação necessários à contratação, assegurada, em qualquer hipótese, a igualdade de condições entre os concorrentes (art. 80, § 7º).

- A pré-qualificação terá validade (art. 80, § 8º):

I - de **1 ano, no máximo**, e poderá ser atualizada a qualquer tempo;

II - não superior ao prazo de validade dos documentos apresentados pelos interessados.



- Os licitantes e os bens pré-qualificados serão obrigatoriamente divulgados e mantidos à disposição do público (art. 80, § 9º).
- A licitação que se seguir ao procedimento da pré-qualificação **poderá ser restrita** a licitantes ou bens pré-qualificados (art. 80, §10º).

Procedimento de Manifestação de Interesse

A Administração poderá solicitar à iniciativa privada, mediante **procedimento aberto de manifestação de interesse** a ser iniciado com a publicação de **edital de chamamento público**, a propositura e a realização de estudos, investigações, levantamentos e projetos de soluções inovadoras que contribuam com questões de relevância pública (art. 81).

- Os estudos, as investigações, os levantamentos e os projetos vinculados à contratação e de utilidade para a licitação, realizados pela Administração ou com a sua autorização, estarão à disposição dos interessados.
- O **vencedor da licitação** deverá **ressarcir os dispêndios** correspondentes, conforme especificado no edital.

A realização de estudos, investigações, levantamentos e projetos pela iniciativa privada em decorrência do procedimento de manifestação de interesse (art. 81, § 2º):

- I - não atribuirá ao realizador direito de preferência no processo licitatório;
- II - não obrigará o poder público a realizar licitação;
- III - não implicará, por si só, direito a ressarcimento de valores envolvidos em sua elaboração;
- IV - será **remunerada somente pelo vencedor da licitação, vedada, em qualquer hipótese, a cobrança de valores do poder público.**

É possível restringir o procedimento a startups (art. 81, § 4º).

A Lei define startups como os microempreendedores individuais, as microempresas e as empresas de pequeno porte, de natureza emergente e com grande potencial, que se dediquem à pesquisa, ao desenvolvimento e à implementação de novos produtos ou serviços baseados em soluções tecnológicas inovadoras que possam causar alto impacto.

Na seleção definitiva da inovação, será exigida validação prévia fundamentada em métricas objetivas, de modo a demonstrar o atendimento das necessidades da Administração.



Sistema de Registro de Preços

O art. 6º assim define o sistema de registro de preços:

*Art. 6º, XLV - **sistema de registro de preços**: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;*

A ata de registro de preços também é conceituada pelo art. 6º:

*Art. 6º, XLVI - **ata de registro de preços**: documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas;*

O edital de licitação para registro de preços deverá dispor sobre (art. 82):

- I - as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;
- II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;
- III - a possibilidade de prever preços diferentes:
 - a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;
 - b) em razão da forma e do local de acondicionamento;
 - c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;
 - d) por outros motivos justificados no processo;
- IV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;
- V - o **critério de julgamento** da licitação, que será o de **menor preço** ou o de **maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado**;
- VI - as condições para alteração de preços registrados;
- VII - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;



VIII - a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado;

Exceção: na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

IX - as hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências.

Critério de julgamento de **menor preço por grupo de itens** (art. 82, §§ 1º e 2º):

- a) Somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica.
- b) O critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.
- c) A contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

É permitido registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, **sem indicação do total a ser adquirido**, apenas nas seguintes situações (art. 82, § 3º):

- I - quando for a primeira licitação para o objeto e o órgão ou entidade não tiver registro de demandas anteriores;
- II - no caso de alimento perecível;
- III - no caso em que o serviço estiver integrado ao fornecimento de bens.

Nessas situações, é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e é vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata (art. 82, § 4º).

O sistema de registro de preços poderá ser usado para a **contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia**, observadas as seguintes condições (art. 82, § 5º):

- I - realização prévia de ampla pesquisa de mercado;
- II - seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento;
- III - desenvolvimento obrigatório de rotina de controle;
- IV - atualização periódica dos preços registrados;
- V - definição do período de validade do registro de preços;



VI - inclusão, em ata de registro de preços, do licitante que aceitar cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original.

Para a contratação da execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços, devem ser atendidos os seguintes requisitos (art. 85):

- I - existência de projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;
- II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

O sistema de registro de preços poderá ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade (art. 82, § 6º).

A existência de preços registrados (art. 83):

- a) Implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.
- b) Não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Prazo de vigência da ata de registro de preços: **1 ano e poderá ser prorrogado**, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (art. 84).

A respeito dos órgãos e entidades que utilizarão a ata de registro de preços, temos o gerenciador, o participante e o não participante, cujas definições estão no art. 6º da Lei:

*Art. 6º, XLVII - **órgão ou entidade gerenciadora**: órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;*

*XLVIII - **órgão ou entidade participante**: órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ata de registro de preços;*

*XLIX - **órgão ou entidade não participante**: órgão ou entidade da Administração Pública que não participa dos procedimentos iniciais da licitação para registro de preços e não integra a ata de registro de preços;*

Nesse aspecto, a Lei traz as seguintes regras:

- Na fase preparatória do processo licitatório para registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora deverá realizar procedimento público de intenção de registro de preços (art. 86).
 - a) Deve possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.



b) Esse procedimento será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante (art. 86, § 1º).

- Caso não participem do procedimento, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes (conhecidos como "caronas"), observados os seguintes requisitos (art. 86, § 2º):

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado;

III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

- A faculdade de aderir como não participante poderá ser exercida (art. 86, §3º):

I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou

II - por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

- é vedada aos órgãos e entidades da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal (art. 86, § 8º), ou seja:



- As aquisições ou as contratações adicionais por não participantes **não poderão exceder**:

a) Por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes (art. 86, § 4º).

b) Na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (art. 86, § 5º).

b.1) Esse limite total não se aplica à aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, em que a adesão seja feita a ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde (art. 86, § 7º).

Registro Cadastral

Os órgãos e entidades da Administração Pública deverão utilizar o **sistema de registro cadastral unificado** disponível no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, para efeito de cadastro unificado de licitantes (art. 87).

- O sistema será público e deverá ser amplamente divulgado e estar permanentemente aberto aos interessados, sendo obrigatória a realização de chamamento público pela internet, no mínimo anualmente, para atualização dos registros existentes e para ingresso de novos interessados (art. 87, § 1º).
- A Administração poderá realizar licitação restrita a fornecedores cadastrados (art. 87, § 3º).
 - Nessa hipótese, será admitido fornecedor que realize seu cadastro dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas (art. 87, § 4º).



QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



Contratação Direta

1. (Instituto AOCP/2024/PM-PE/Oficial - Aspirante) Nos termos da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- a) É dispensável a licitação para contratação que tenha por objeto o abastecimento ou suprimento de efetivos militares em estada eventual de curta duração em portos, aeroportos ou localidades diferentes de suas sedes, por motivo de movimentação operacional ou de adestramento.
- b) É inexigível a licitação para contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização.
- c) É dispensável a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- d) Não é necessária a juntada de documentação que demonstre a razão da escolha do contratado e justificativa de preço no processo de contratação direta, pois é incompatível com a dispensa e inexigibilidade de licitação.
- e) É dispensável a licitação para aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

Comentários

Letra A - **correta**. Está de acordo com a alínea "i", do inciso IV, do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:



(...)

IV - para contratação que tenha por objeto:

(...)

i) abastecimento ou suprimento de efetivos militares em estada eventual de curta duração em portos, aeroportos ou localidades diferentes de suas sedes, por motivo de movimentação operacional ou de adestramento;

Letra B - **incorreta**. A hipótese é de dispensa de licitação, prevista no inciso XIII do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

XIII - para contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização;

Letras C e E - **incorretas**. Aqui temos hipóteses de inexigibilidade de licitação previstas no artigo 74 da Lei nº 14.133/2021:

*Art. 74. É **inexigível** a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*

(...)

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

Letra D - **incorreta**. Pelo contrário, o processo de contratação direta deverá ser instruído com os documentos elencados no artigo 72 da Lei nº 14.133/21, estando entre eles a razão da escolha do contratado e a justificativa de preço:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

(...)

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;



Gabarito: Letra A.

2. (Instituto AOCP/2024/SEAP-PR/Agente Profissional - Administrador) O Estado do Paraná pretende adquirir, por meio de inexigibilidade de licitação, determinado imóvel de propriedade particular. Para tanto, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021, deverão ser preenchidos alguns requisitos. Entre os legalmente previstos, assinale a alternativa que **NÃO** apresenta requisito verdadeiro.

- a) A necessidade de demonstrar que as características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- b) A autorização expressa do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, caso se trate de imóvel tombado.
- c) A avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos.
- d) A certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto.
- e) As justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.

Comentários

A hipótese narrada pela questão está disposta no inciso V do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser observada uma série de requisitos, não estando entre eles a autorização expressa do IPHAN, letra B:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

*V - aquisição ou locação de imóvel **cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.** (Letra A)*

(...)

§ 5º Nas contratações com fundamento no inciso V do caput deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos:



I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos; (Letra C)

II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto; (Letra D)

III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela. (Letra E)

Gabarito: Letra B.

3. (Instituto AOCP/2024/TRF 2ª Região/Técnico Judiciário - Contabilidade) De acordo com a Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assinale a alternativa correta sobre o processo de contratação direta.

- a) É dispensável a licitação quando há inviabilidade de competição, ou seja, não é possível realizar um procedimento competitivo em virtude das condições da situação.
- b) A relação de situações de licitação inexigível é exemplificativa.
- c) A compra ou locação de imóvel, em virtude das características e da localização, é classificada como hipótese de licitação dispensável.
- d) Admite-se a inexigibilidade de licitação se o serviço for de publicidade e divulgação.
- e) O conceito de licitação deserta envolve a desclassificação de todas as propostas ou inabilitação de todos os licitantes.

Comentários

Letra A - **incorreta**. Quando há inviabilidade de competição, estamos diante da hipótese de inexigibilidade de licitação.

Letra B - **correta**. Está correta, sendo que o termo "em especial nos casos de", utilizado no caput do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, confirma esse entendimento:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

Letra C - **incorreta**. Essa é uma hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso V do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021:



Art. 74, V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

Letra D - **incorreta**. Pelo contrário, tais serviços são vedados, conforme inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021:

*III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, **vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação**:*

Letra E - **incorreta**. A alternativa traz o conceito de licitação fracassada ou frustrada. A licitação deserta encontra sua definição na alínea "a", do inciso III do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação:

a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;

Gabarito: Letra B.

4. (Instituto AOCP/2022/TRT-19/Analista Judiciário - Contabilidade) Sobre o processo de dispensa de licitação, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I. É dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores.

II. É dispensável a licitação para contratação que envolva valores superiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras.

III. É dispensável a licitação para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas.

a) Apenas I, II e III;

b) Apenas I e III;

c) Apenas II;



- d) Apenas II e III;
- e) Apenas I.

Comentários

Apenas o item II está incorreto, já que o correto seria para valores inferiores a R\$ 50.000,00, conforme Lei nº 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

*I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores; (Item I - **correto**)*

*II - para contratação que envolva valores **inferiores** a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (Item II - **incorreto**)*

*III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação: (Item III - **correto**)*

a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;

b) as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;

O enunciado da questão trouxe os valores originais, mas cabe acrescentar que esses valores são atualizados anualmente por meio de Decreto.

Gabarito: Letra B.

5. (Instituto AOCP/2022/TRT-19/Analista Judiciário) Conforme a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de

- a) guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.
- b) objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- c) contratação que tenha por objeto aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde.



d) contratação que tenha por objeto aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que inerente às finalidades do órgão ou com elas compatível.

e) contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização.

Comentários

As hipóteses de inexigibilidade estão elencadas no artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, dentre as quais a prevista na alternativa B:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
(...)
IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

As demais alternativas são hipóteses de dispensa de licitação, conforme artigo 75 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:
(...)
IV - para contratação que tenha por objeto:
(...)
k) aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que inerente às finalidades do órgão ou com elas compatível; (Letra D)
(...)
m) aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde; (Letra C)
(...)
VII - nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem; (Letra A)
(...)
XIII - para contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização; (Letra E)

Gabarito: Letra B.



6. (Instituto AOCP/2022/SEAD-GO/Analista de Gestão Governamental/Licitações e Contratos)

À luz da Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021), assinale a alternativa que NÃO representa um caso de inexigibilidade de licitação.

- a) Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- b) Nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.
- c) Objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- d) Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
- e) Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Comentários

As hipóteses de inexigibilidade de licitação constam no artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, vejamos:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos; (Letra D)

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública; (Letra E)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

- a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;*
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;*
- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;*
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;*



e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;

h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento; **(Letra C)**

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha. **(Letra A)**

A alternativa B, portanto, é o gabarito da questão, tendo em vista que ela configura uma hipótese de dispensa de licitação, presente no artigo 75 da Lei:

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

VII - nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem;

Gabarito: Letra B

7. (Instituto AOCP/2022/TRT-19/Técnico Judiciário - Administrativa) Lorenzo é técnico judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, exercendo função de confiança no setor de licitações do referido Tribunal. Questionado por um colega servidor sobre as disposições da Lei nº 14.133/2021, esclareceu que, agora, o art. 78 da nova legislação indica os seguintes procedimentos auxiliares das licitações e das contratações:

I. diálogo competitivo;

II. pré-qualificação;

III. estudo técnico preliminar;

IV. registro cadastral.



Nos termos da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, estão corretas as informações apresentadas apenas em

- a) I.
- b) III.
- c) II e IV.
- d) III e IV.
- e) I, II e III.

Comentários

Os procedimentos auxiliares são listados no artigo 78 da Lei nº 14.133/2021, estando entre eles os itens II e IV, alternativa C:

Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei:

I - credenciamento;

II - pré-qualificação;

III - procedimento de manifestação de interesse;

IV - sistema de registro de preços;

V - registro cadastral.

Gabarito: Letra C.

Instrumentos auxiliares

8. (Instituto AOCP/2024/DPE-MS/Analista de Defensoria - Engenharia Civil) Um órgão público realizou a abertura de procedimento seletivo prévio à licitação, convocado por meio de edital, destinado à análise das condições de habilitação, total ou parcial, dos interessados ou do objeto. Considerando a Lei Federal nº 14.133/2021, a referida abertura de procedimento seletivo trata-se de



- a) pré-registro.
- b) pré-qualificação.
- c) pré-credenciamento.
- d) pré-candidatura.
- e) pré-investidura.

Comentários

A questão faz referência ao procedimento auxiliar previsto no inciso II do artigo 78, denominado pré-qualificação, letra B:

*Art. 6º, XLIV - **pré-qualificação**: procedimento seletivo prévio à licitação, convocado por meio de edital, destinado à análise das condições de habilitação, total ou parcial, dos interessados ou do objeto;*

(...)

Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei:

I - credenciamento;

II - pré-qualificação;

III - procedimento de manifestação de interesse;

IV - sistema de registro de preços;

V - registro cadastral.

Gabarito: Letra B.

9. (Instituto AOCP/2022/SEAD-GO/Analista de Gestão Governamental - Licitações e Contratos)
Em relação aos instrumentos auxiliares previstos na Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021), assinale a alternativa correta.

- a) O credenciamento é o procedimento técnico-administrativo para selecionar previamente licitantes que reúnam condições de habilitação para participar de futura licitação.



- b) A realização, pela iniciativa privada, de estudos, investigações, levantamentos e projetos em decorrência do procedimento de manifestação de interesse atribuirá ao realizador direito de preferência no processo licitatório.
- c) Quanto ao prazo, a pré-qualificação terá validade de um ano, no máximo, e poderá ser atualizada a qualquer tempo.
- d) É admitida aos órgãos e entidades da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.
- e) É lícita a exigência, pelo órgão ou entidade licitante, de registro cadastral complementar para acesso a edital e anexos.

Comentários

Letra A - **incorreta**. A alternativa traz a definição de pré-qualificação, sendo a definição de credenciamento aquela descrita no inciso XLIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021:

*XLIII - **credenciamento**: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;*

Letra B - **incorreta**. Na verdade, tal realização não atribui ao realizador direito de preferência no processo licitatório, conforme § 2º do artigo 81 da Lei nº 14.133/2021:

*Art. 81, § 2º **A realização**, pela iniciativa privada, de estudos, investigações, levantamentos e projetos em decorrência do procedimento de manifestação de interesse previsto no caput deste artigo:*

*I - **não atribuirá ao realizador direito de preferência no processo licitatório**;*

Letra C - **correta**. Está de acordo com o § 8º do artigo 80 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 80, § 8º Quanto ao prazo, a pré-qualificação terá validade:

I - de 1 (um) ano, no máximo, e poderá ser atualizada a qualquer tempo;

Letra D - **incorreta**. Essa adesão é expressamente vedada no § 8º do artigo 86 da Lei nº 14.133/2021:



Art. 86, § 8º **Será vedada** aos órgãos e entidades da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.

Letra E - **incorreta**. É vedado tal exigência, conforme § 2º do artigo 87 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 87, § 2º **É proibida a exigência**, pelo órgão ou entidade licitante, de registro cadastral complementar para acesso a edital e anexos.

Gabarito: Letra C

10. (Instituto AOCP - 2022 - Analista de Gestão Governamental (SEAD GO)/Licitações e Contratos) A respeito das alienações na Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021), informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e, tratando-se de bens imóveis, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão.

() A alienação de bens imóveis da Administração Pública cuja aquisição tenha sido derivada de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento dispensará autorização legislativa e exigirá apenas avaliação prévia e licitação na modalidade leilão.

() Entende-se por investidura a alienação a outro órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera de governo.

() A permuta de bens móveis, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública, é caso de inexigibilidade de licitação.

a) F – V – V – V.

b) F – F – V – F.

c) F – V – F – V.

d) V – F – V – F.

e) V – V – F – F.

Comentários

A primeira e segunda afirmativas estão de acordo com a Lei nº 14.133/2021:



Art. 76. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - tratando-se de bens imóveis, inclusive os pertencentes às autarquias e às fundações, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:

(...)

§ 1º A alienação de bens imóveis da Administração Pública cuja aquisição tenha sido derivada de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento dispensará autorização legislativa e exigirá apenas avaliação prévia e licitação na modalidade leilão.

A terceira afirmativa é falsa, já que a definição de investidura correta é a que traz o § 5º do artigo 76 da Lei nº 14.133/2021:

§ 5º Entende-se por investidura, para os fins desta Lei, a:

I - alienação, ao proprietário de imóvel lindeiro, de área remanescente ou resultante de obra pública que se tornar inaproveitável isoladamente, por preço que não seja inferior ao da avaliação nem superior a 50% (cinquenta por cento) do valor máximo permitido para dispensa de licitação de bens e serviços previsto nesta Lei;

II - alienação, ao legítimo possuidor direto ou, na falta dele, ao poder público, de imóvel para fins residenciais construído em núcleo urbano anexo a usina hidrelétrica, desde que considerado dispensável na fase de operação da usina e que não integre a categoria de bens reversíveis ao final da concessão.

A quarta afirmativa também é falsa, pois o caso narrado é hipótese de licitação dispensada, conforme alínea "b", do inciso II, do artigo 76 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 76. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

(...)

II - tratando-se de bens móveis, dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:

(...)



b) permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública;

Assim, a sequência correta é V-V-F-F, letra E.

Gabarito: Letra E.



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas

1. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o que possibilitará a licitação ser inexigível?
2. Segundo a Lei nº 14.133/2021, a alienação de bens da Administração Pública necessita de justificativa?
3. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, quando poderá ser usado o credenciamento?
4. A Lei nº 14.133/2021 caracteriza o procedimento de pré-qualificação?
5. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, se um órgão não participar do procedimento público de intenção de registro de preços, ele poderá aderir à ata?

Perguntas com respostas

1. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o que possibilitará a licitação ser inexigível?

É inexigível a licitação quando inviável a competição (art. 74).

2. Segundo a Lei nº 14.133/2021, a alienação de bens da Administração Pública necessita de justificativa?

Sim, a alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às normas previstas (art. 76).

3. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, quando poderá ser usado o credenciamento?

O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação (art. 79):

- a) paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;
- b) com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação; e
- c) em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

4. A Lei nº 14.133/2021 caracteriza o procedimento de pré-qualificação?

Sim, a pré-qualificação é o procedimento técnico-administrativo para selecionar previamente (art. 80):



- a) licitantes que reúnam condições de habilitação para participar de futura licitação ou de licitação vinculada a programas de obras ou de serviços objetivamente definidos; e
- b) bens que atendam às exigências técnicas ou de qualidade estabelecidas pela Administração.

5. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, se um órgão não participar do procedimento público de intenção de registro de preços, ele poderá aderir à ata?

Sim, se não participarem do procedimento previsto no artigo 86, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos (art. 86, § 2º):

- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei; e
- c) prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.